



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO

UPC: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

SEÇÃO: Relatórios, pareceres e declarações

REFERÊNCIA: Art. 3º, VII da Resolução nº 268/2013

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, a atividade correcional destinada a apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção não constitui exclusividade de uma só unidade, encontrando-se dividida entre a Corregedoria Regional Eleitoral e a Presidência, que a exercem por meio de comissões especialmente designadas para esse fim, na forma prevista em seu Regimento Interno (Resolução 107, de 4 de julho de 2005) e nos demais diplomas normativos que disciplinam a matéria.

Nesse sentido, ao **Presidente do Tribunal** compete:

1. promover a apuração de denúncias apresentadas contra os membros do Tribunal ou de irregularidades por eles praticadas de que tiver ciência e, quando for o caso, propor ao Tribunal a instauração de processo administrativo disciplinar (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 16, XLI, c/c art. 120);
2. instituir **Comissão Permanente de Ética e Sindicância**, para apurar irregularidades por meio de sindicância investigatória ou instaurar *ex officio*, procedimento sobre conduta de servidores que considerar passível de violação às normas éticas, desde que haja indícios suficientes (Resolução TRE-PI 258/2013, art. 8º, art. 9º, I e II), respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III);
3. instituir **Comissão de Processo Administrativo Disciplinar** quando a conclusão da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância for pela existência de falta ética (Resolução TRE-PI 258/2013, art. 16) ou quando a denúncia ou representação demonstrar a autoria e a materialidade do fato, respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III);
4. instituir **Comissão Permanente de Sindicâncias** exclusiva para apurar irregularidades apontadas no relatório de inventário anual de bens permanentes móveis do TRE-PI (Resolução TRE-PI 214/2011, art. 11, V), respeitada a competência regimental da Corregedoria (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20); e
5. instituir a **Comissão Permanente de Sindicância** para apurar os fatos que ensejam aplicação das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e art. 7º da Lei 10.520/2002.

Ao **Corregedor** compete:

1. promover a apuração de denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de primeiro grau ou de irregularidades por eles praticadas de que tiver ciência e, quando for o caso, propor ao Tribunal a instauração de processo administrativo disciplinar (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, I, c/c art. 120); e
2. receber e processar reclamações e representações contra servidores dos cartórios eleitorais (Resolução TRE-PI 107/ 2005 - Regimento Interno, art. 20, III). Para esse mister, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Sr. Corregedor Regional Eleitoral designa a mesma Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares já encarregada dessa atribuição em relação aos servidores da sede do Tribunal.

À **Ouvidoria** compete encaminhar representações ou reclamações:

1. contra **servidores dos Cartórios** Eleitorais ou Juiz Eleitoral à **Corregedoria Regional Eleitoral** (Resolução TRE-PI 171/2009, art. 3º-B, §1º, I); e
2. contra **servidores do Tribunal**, à Presidência (Resolução TRE-PI 171/2009, art. 3º-B, §1º, III).

À **Coordenadoria de Controle Interno** compete:

1. **propor impugnação dos atos de gestão do Tribunal** considerados irregulares, ilegais ou antieconômicos, como também medidas preventivas com vista a afastar a ocorrência de qualquer **dano ao erário** (Resolução TRE-PI 271/2013, art. 6º, VII).

Expostos os fundamentos legais e normativos adotados por esta UPC, passaremos a apresentar os resultados dos trabalhos correccionais propriamente ditos.

Em 2019, a **Comissão Permanente de Ética e Sindicância (CES)** funcionou apenas até 1º/4/2019, data do término do mandato dos servidores designados pela Portaria TRE-PI 332, de 23/3/2018, tendo esgotado as atribuições de sua alçada. A Comissão que a sucedeu foi nomeada pela Portaria Presidência 52/2020, que somente passou a ter vigência a partir de 29/1/2020.

No referido exercício tramitou apenas o seguinte processo administrativo de sindicância:

| Número Processo | Data de Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|--|---------------------|-------------|---|-----------|----------------------------------|---|
| 1820/2015 (em apenso PAD nº 1904/2013) | 27/1/2015 | Sindicância | Afronta a ordem superior (art. 116, IV, da Lei n. 8.112/1990) | 30/8/2013 | Decisão da Comissão em 20/3/2019 | Arquivado por reconhecimento de prescrição da pretensão punitiva da Administração |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0888745).

Por outro lado, na **Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (CPPAD)**, instituída pela Portaria Presidência 230/2018, alterada pelas Portarias Presidência 300/2018, 804/2018 e 250/2019, tramitaram, no ano de 2019, os feitos a seguir:

| Número Processo | Data de Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|---------------------------------------|---------------------|------|---|----------------------|----------------------|-------------------------|
| 6504-44.2018.6.18.8000 (PAD 969/2017) | 16/5/2017 | PAD | Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90) | 16/5/2017 a 5/7/2019 | Decidido e Arquivado | Absolução |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|---|---------------------|-------------|---|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| 6030-73.2018.6.18.8000 (PAD 968/2017) | 16/5/2017 | PAD | Servidor público sócio gerente ou administrador de empresa privada (art. 117 da Lei 8.112/90) | 16/5/2017 a 5/7/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição |
| 9079-88.2019.6.18.8000 (PAD 971/2017) | 16/5/2017 | PAD | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90) e vedação à conduta desidiosa (art. 117, XV, da Lei 8.112/90) | 16/5/2017 a 18/9/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição |
| 5323-08.2018.6.18.8000 (PAD 1653/2017) | 4/8/2017 | PAD | Abandono de cargo (art. 138 da Lei 8.112/90) | 4/8/2017 a 6/5/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição |
| 11893-73.2019.6.18.8000 | 8/8/2019 | Sindicância | Violação do dever de observar as normas legais e regulamentares (art. 116, III, da Lei 8.112/90) | 8/8/2019 a 19/11/2019 | Decidido e Arquivado | Absolvição |
| 7690-68.2019.6.18.8000 | 27/9/2019 | PAD | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90) | Tramitando | Instrução | - |
| 7696-75.2019.6.18.8000 | 27/9/2019 | PAD | Violação do dever de assiduidade (art. 116, III e X, da Lei 8.112/90) | Tramitando | Instrução | - |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0889761).

Ademais, a Comissão Permanente de Sindicâncias exclusiva para apurar irregularidades apontadas no relatório de inventário anual de bens permanentes móveis do TRE-PI (**CPS-Inventário**), designada pela Portaria Presidência 69/2019, registrou a tramitação dos seguintes processos:

| Número Processo | Data de Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|-------------------------|---------------------|-------------|---|---|---------------------|--|
| 5114-05.2019.6.18.8000 | 29/3/2019 | Sindicância | Desaparecimento de bens da 8ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019 | Decidido. GRU paga. | Ressarcimento. R\$ 453,58 |
| 05129-71.2019.6.18.8000 | 29/3/2019 | Sindicância | Desaparecimento de bens da 93ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019 | Decidido. GRU paga. | Ressarcimento. R\$ 148,55 |
| 5101-06.2019.6.18.8000 | 29/3/2019 | Sindicância | Desaparecimento de bens da 5ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019 | Decidido | Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de sindicância investigativa para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|-----------------------------|---------------------|-------------|--|--|--------------------|--|
| 5133-11.2019. 6.18.80000 | 29/3/2019 | Sindicância | Desaparecimento de bens da 96ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Sindicância: 29/3/2019 - 26/8/2019 | Decidido | Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de sindicância investigativa para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens |
| 9017-48.2019. 6.18.8000 | 3/6/2019 | Sindicância | Desaparecimento de bens da 91ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Sindicância: 3/6/2019 - 9/9/2019 | Decidido | Isenção de responsabilidade do servidor. Determinada a formação de sindicância investigativa para apurar o indevido descarte ou extravio dos bens |
| 13733-21.2019. 6.18.8000 | 30/8/2019 | Sindicância | Indevido descarte e/ou extravio do bem da 96ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Tramitação: 30/8/2019-25/11/2019 (Relatório da Comissão) | Aguardando decisão | - |
| 14458-10.2019. 6.18.8000 | 12/9/2019 | Sindicância | Indevido descarte e/ou extravio de bens, na 5ª Zona Eleitoral. | Inventário 2014. Tramitação: 12/9/2019 - 25/11/2019 (Relatório da Comissão) | Aguardando decisão | - |
| 15034-03.2019. 6.18.8000 | 24/9/2019 | Sindicância | Indevido descarte e/ou extravio dos bens da 91ª Zona Eleitoral | Inventário 2014. Tramitação: 24/9/2019 - 4/12/2019 (Relatório da Comissão) | Aguardando decisão | - |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0888778).

No que concerne às licitações realizadas e contratos firmados pelo TRE-PI, a **Comissão Permanente de Sindicância (COSIND)** para apuração de fatos que ensejam aplicação das sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, noticiou ter analisado, em 2019, 73 (setenta e três) processos, em cujos autos foram aplicadas penalidades pela Administração Superior do Tribunal, conforme discriminado na tabela abaixo:

(Abreviações: OF = Ordem de Fornecimento, TR = Termo de Referência e NE = Nota de Empenho)

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|--|---|----------------------------------|----------------------|
| 3291-30 | 2018 | AGRESTE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA-ME (15.811.210/0001-37) | Atraso de 18 dias na entrega do material | Lei 8.666/1993, art. 86, e multa | 609,48 |
| 3001-78 | 2019 | J J E SILVA EIRELI – EPP (69.607.729/0001-27) | Suspeita de conluio em licitação – Pregão 44/2016 | Arquivamento | |
| 3001-78 | 2019 | SILVA E BARROS LTDA – ME (04.162.704/0001-11) | Suspeita de conluio em licitação – Pregão 44/2016 | Arquivamento | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|--|--|---|----------------------|
| 17377-06 | 2018 | GENERAL ADMINISTRAÇÃO MOTELEIRA EIRELI (01.263.392/0001-44) | Atraso na entrega do material | Arquivamento | 96,00 |
| 5382-93 | 2018 | DIMENSÃO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (02.956.130/0001-28) | Atraso na entrega do material | Lei 8.666/1993, art. 86, e multa | 481,50 |
| 10862-52 | 2018 | CERRADO AUDIOVISUAL EIRELI-ME (20.871.746/0001-88) | Atraso na entrega do material | Lei 8.666/1993, art. 86, e multa | 1.618,14 |
| 8849-80 | 2018 | BRASIL TELECOM S/A (76.535.764/0001-43) | Irregularidade fiscal durante execução contratual – CT 43/2009 | Lei 8.666/1993, art. 86; Contrato, cláusula 10ª e multa | 89.149,60 |
| 1746 | 2013 | XTECH IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA – EPP (17.399.708/0001-60) | Inexecução contratual | Suspensão temporária por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III) | 1.238,85 |
| 2082 | 2013 | RECICLAR COMERCIAL LTDA-EPP (17.854.608/0001-86) | Não substituição de material entregue em desacordo com edital de licitação | Impedimento de licitar e contratar com a União por 3 (três) meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º) | 1.533,00 |
| 468 | 2014 | CAMPOTEL COMÉRCIO ELETROFONIA LTDA – EPP (05.403.400/0001-61) | Falta de manutenção das condições de habilitação durante a vigência do pacto (pendência Receita Federal) | Suspensão temporária por 4 (quatro) meses (Lei 8.666/1993, art. 87, III) | - |
| 1387 | 2014 | NOVA GUIMARÃES COMERCIO, SERVIÇOS E REPR. LTDA. (10.978.150/0001-28) | Pedido de alteração de marca, com autorização da Administração Superior | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 4401-64 | 2018 | LIFE TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. (00.660.928/0001-00) | Atraso no pagamento das verbas salariais dos empregados | Suspensão temporária por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, arts. 86 e 87, III) | 4.850,44 |
| 2676-40 | 2018 | RSA PRESTACAO DE SERVICOS LTDA-ME (26.780.179/0001-30) | Não envio de documentos solicitados pelo pregoeiro | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 34-94 | 2018 | JELG TELECOM EIRELI (26.812.029/0001-61) | Não entrega do item 05 da OF 88/2017 | Multa de 10% do valor da NE, suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano | 598,00 |
| 3200-37 | 2018 | SATCOMP COMERCIAL ELETRÔNICA LTDA- EPP (04.064.768/0001-80) | Atraso na entrega do material | Lei 8.666/1993, art. 86, e multa | 117,00 |
| 1387 | 2014 | NOVA GUIMARÃES COMERCIO, SERVIÇOS E REPR. LTDA. (10.978.150/0001-28) | Irregularidade fiscal durante execução contratual | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 2997-41 | 2019 | ALSEMIR LUIZ WILHELMS – ME (08.157.480/0001-00) | Irregularidade fiscal durante execução contratual | Suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art.87, III) | - |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|---|---|---|----------------------|
| 2671-18 | 2018 | BR INFORMATICA LTDA – EPP (08.050.832/0001-24) | Classificada no Pregão Eletrônico 08/2018, não apresentou proposta | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 9094-91 | 2018 | LOKAL RENT A CAR EIRELI (08.026.009/0001-83) | Lei 10.520/2002, art. 7º | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 317-20 | 2018 | J. G. DE SOUSA GRÁFICA E EDITORA – ME (11.717.623/0001-04) | Atraso na entrega do material | Arquivamento | 13,50 |
| 6497-52 | 2018 | SALENAS MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI – EPP (07.065.674/0001-13) | Atraso na entrega do material | Lei 8.666/1993, art. 86, e multa | 344,67 |
| 16882-59 | 2018 | HORIZONTE COMÉRCIO DE ABRASIVOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME, | Duplicidade de processo (PAD 3225/2016) | Arquivamento | - |
| 6500-07 | 2018 | SANSCORP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME (21.832714/0001-36) | Inexecução contratual – Deixar de entregar os itens da OF 115/2016 | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 17802-33 | 2018 | BR INFORMATICA LTDA – EPP (08.050.832/0001-24) | Lei 10520/2002, art. 7º | Impedimento de licitar e contratar com a União por 45 dias (Lei 10.520/2002, Art. 7º) | - |
| 322-42 | 2018 | B. DO C. CORDEIRO ELVEDOSA – ME (00.796.707/0001-56) | Atraso na entrega do material – OF 43/2017 | Arquivamento | 5,34 |
| 17781-57 | 2018 | APOIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA | Duplicidade de processo (SEI 2053-73.2018) | Arquivamento | - |
| 2628-81 | 2018 | SELF STATION AUDIO E VIDEO COMERCIO LTDA – ME (23.198.676/0001-37) | Inexecução contratual (não entrega dos itens contratados – OF 65/2017) | Multa de 20% do contrato, suspensão de licitar e impedimento de contratar com a União por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III, e TR 31/2016, 12.2.3 e 12.2.5) | 688,00 |
| 8332-75 | 2018 | MARIA ANTÔNIA DE SOUSA COMÉRCIO – ME (11.414.771/0001-41) | Não assinatura de Ata de Registro de Preços | Impedimento de licitar, contratar com a União por 4 meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º; Lei 8.666/1993, art. 87, II; edital, 14.1; e TR 19/2017, 9.1) | 262,00 |
| 13302-21 | 2018 | OMEGA BRASIL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA. (18.235.833/001-05) | Inexecução total do contrato TRE-PI 21/2017 | Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar a União por 2 (dois) anos (Lei 8.666/1993, art. 87, III) | - |
| 33-12 | 2018 | ADEMIR VIEIRA DE ARAUJO – ME (18.986.442/0001-14) | Inexecução contratual (não entrega dos itens contratados – OF 126/2016) | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 1392 | 2013 | JOÃO BATISTA DA SILVA – ME (09.656.865/0001-85) | Não prestação de garantia | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|---|--|---|----------------------|
| 562 | 2014 | BIO CARD TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (13.014.490/0001-27) | Rescisão e pagamento direto dos funcionários relativos ao contrato TRE-PI 020/2012 | Multa, suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, II e III; TR, 11.2.2.2; e Contrato, cláusula 12) | 11.789,24 |
| 1648 | 2013 | BIO CARD TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. (13.014.490/0001-26) | Ausência da prestação da garantia contratual | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 7729-02 | 2018 | FLASH TRANSPORTE E INFORMÁTICA LTDA-ME (07.106.915/0001-25) | Não correção dos equipamentos ofertados (falha na execução do contrato) | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 3193-45 | 2018 | MARIO SERGIO CASLINI JUNIOR ME (07.873.457/0001-50) | Atraso na entrega dos itens das O.F. 109/2016 e 207/2016 | Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; e edital, 14.2) | 2.569,65 |
| 8258-21 | 2018 | PLENA DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI-ME (19.365.187/0001-55) | Inexecução contratual – não entrega dos itens da OF 64/2018 | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e TR, 12.1 c/c 12.2.1) | - |
| 1372-69 | 2019 | MAXIM QUALITTÁ COMÉRCIO LTDA. (05.075.962/0001-23) | Atraso na entrega de material | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 16890-36 | 2018 | H. S. COMERCIO DE MÁQUINAS DE COSTURA EIRELI (09.349.956/0001-78) | Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados - ARP 102/2016 | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e edital, 14.1.6 c/c 14) | - |
| 18540-21 | 2018 | AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (11.895.759/0001-04) | Atraso no pagamento das verbas salariais | Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I; e Contrato, cláusula 12) | - |
| 10864-22 | 2018 | RPS COMERCIAL EIRELI – ME (23.915.573/0001-40) | Atraso na entrega dos itens da OF 117/2016 | Arquivamento sem aplicação de penalidade | 93,12 |
| 10865-07 | 2018 | MPG COMERCIO DE SUPRIM. DE INF. E ELETRÔNICOS EM GERAL (24.240.340/0001-58) | Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados - ARP 57/2016 | Suspensão temporária por 1 (um) ano (Lei 8.666/1993, art. 87, III) | - |
| 13162-84 | 2018 | L A MARTINS INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME (28.319.914/0001-39) | Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 471-04 | 2019 | ARREIMATE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP (23.009.157/0001-83) | Atraso na entrega dos itens da OF 50/2018 | Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; e edital, 14.2) | 200,97 |
| 17814-47 | 2018 | INOVA SERVIÇOS DE MAO DE OBRA EIRELI (04.487.834/0001-24) | Desistência do lance ofertado por erro de digitação. Justificativa aceita. | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 5763-04 | 2018 | BR & C AMBIENTAL EIRELI – ME (20.990.457/0001-06) | Não manter as condições de habilitação durante a vigência do pacto | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 8623-75 | 2018 | VIG VIGILÂNCIA LTDA. (01.668.768/0001-71) | Não apresentação de garantia contratual | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 17789-34 | 2018 | ATHON COMERCIAL E DISTRIBUIDORA (11.864.624/0001-73) | Não envio de amostra no prazo estipulado | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|-----------------|---------------------|---|--|--|----------------------|
| 3197-82 | 2018 | GIBBOR PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES DE EDITAIS EIRELI EPP (18.876.112/0001-76) | Atraso na publicação de matéria em jornal de grande circulação (aviso de licitação) | Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I) | - |
| 17780-72 | 2018 | CSG CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS LTDA. (13.519.211/0001-87) | Desistência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico 32/2018 | Impedimento de licitar e de contratar com a União por 2 (dois) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º; e edital, 14.1) | - |
| 10860-82 | 2018 | GILDOMAR SOARES DA SILVA – ME (12.059465/0001-05) | Não entrega dos itens solicitados pela OF 191/2016 | Suspensão para licitar e impedimento de contratar com o TRE-PI por 4 (quatro) meses (Lei 8.666/1993, art. 87, III) | - |
| 5995-79 | 2019 | BRASUMIX EIRELI (28.314.084/0001-57) | Comprovação de entrega dos itens da OF 147/2018 dentro do prazo estipulado. | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 7768-62 | 2019 | PORTELA LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES – EIRELI (16.911.267/0001-70) | Inexecução contratual – não entrega dos itens contratados | Impedimento de licitar e contratar com a União por 4 (quatro) meses e multa (Lei 10.520/2002, art. 7º; e Contrato, Cl. Oitava) | 11.000,10 |
| 17808-40 | 2018 | METALÚRGICA MOREIRA LTDA. (07.289.390/0001-00) | Não apresentação de documento de habilitação exigida no edital | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 13261-54 | 2018 | CBF COMÉRCIO DE CONFECÇÕES DE BANDEIRAS LTDA- ME (17.365.274/0001-87) | Atraso na entrega dos itens da OF 77/2018 | Multa (Lei 8.666/1993, art. 86, e edital, 14.2) | 234,43 |
| 17809-25 | 2018 | RR VIDROS COMÉRCIO E SERVIÇOS EM VIDROS LTDA. (05.949.261/0001-76) | Não apresentação de documento de habilitação exigida no edital | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 17807-55 | 2018 | J L M DE ALMEIDA (86.960.721/0001-69) | Pedido de desistência de proposta por erro de digitação. | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 17804-03 | 2018 | PRIMAVERA SERVICOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA. (08.587.481/0001-95) | Não atendimento à convocação para corrigir proposta do Pregão Eletrônico 37/2018 | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 17698-41 | 2018 | VANESSA CORREA DA ROCHA – ME (05.808.979/0001-42) | Atraso na entrega dos itens da OF 103/2017 | Multa (Lei 8.666/1993, art. 86; edital, 15.2) | 362,93 |
| 15954-11 | 2018 | PIVSEG – Piauí Vigilância e Segurança Ltda. (10.674.819/0001-98) | Atraso no pagamento de salários e outras irregularidades na execução do Contrato 45/2018 | Suspensão temporária para licitar e contratar com TRE-PI por 1 (um) ano e multa (Lei 8.666/1993, art.87, III) | 8.811,54 |
| 17812-77 | 2018 | PASERADAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (20.972.064/0001-61) | Declaração de habilitação impedida de licitar e contratar com a União | Arquivamento sem aplicação de penalidade | - |
| 17800-63 | 2018 | DM PAPEIS LTDA. (21.066.883/0001-02) | Não envio de amostra no prazo estipulado | Arquivamento sem aplicação de penalidade por falta de previsão específica | - |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data de Instauração | Empresa Sindicada (CNPJ) | Assunto | Resultado do Julgamento | Multa Aplicada (R\$) |
|--------------------|---------------------|---|--|---|----------------------|
| 2598-46 | 2018 | PRIME SOLUTIONS MATERIAIS DE ESCRITÓRIO EIRELI (20.116757/0001-52) | Lei 10.520/2002, art. 7º | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 17803-18 | 2018 | D SERV LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E COMÉRCIO (11.589.621/0001-79) | Desistência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico 36/2018 | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | - |
| 3312-06 | 2018 | CONFIANCA SOLUCOES EIRELI – EPP (19.108.740/0001-74) | Não entrega de itens das OFs 177/2016 e 61/2017 | Suspensão temporária de licitar; impedimento de contratar com o TRE-PI por 4 (quatro) meses e multa (Lei 8.666/1993, arts. 86 e 87, III e edital, 14.2) | 7.669,31 |
| 9496-41 | 2019 | CELSON LUIZ MOREIRA DA COSTA (NEW INFORMÁTICA) (26.569.874/0001-58) | Não envio de amostra no prazo estipulado | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | |
| 11315-47 | 2018 | CLEAN MASTER TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – ME (14.346.629/0001-10) | Não apresentação de garantia contratual | Multa (Lei 8.666/1993, art. 87, II, e Contrato, Cláusula Décima Segunda) | 9.354,20 |
| 3456-43 | 2019 | IBROWSE – CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA. (02.877.566/0001-21) | Descumprimento contratual | Arquivamento sem aplicação de penalidade | |
| 17791-04 | 2018 | CRIAR COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA. (27.384.331/0001-29) | Declaração de habilitação impedida de licitar | Arquivamento sem aplicação de penalidade | |
| 11929-18 | 2019 | GOLDSERV COMERCIO E SERVIÇOS EIRELLI (14.004.528/0001-43) | Não enviar documentos solicitados pelo pregoeiro | Impedimento de licitar e contratar com a União por 1 (um) mês (Lei 10.520/2002, art. 7º) | |
| 9499-93 | 2019 | BR INFORMATICA LTDA – EPP (8.050.832/0001-24) | Não enviar documentos solicitados pelo pregoeiro | Impedimento de licitar e contratar com a União por 2 (dois) meses (Lei 10.520/2002, art. 7º) | |
| 17813-62 | 2018 | TERCELIMPE SERVIÇOS DE LIMPEZA EIRELI (10.992.653/0001-58) | Declaração de habilitação impedida de licitar | Arquivamento sem aplicação de penalidade | |
| 13395-47 | 2019 | AÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. (11.895.759/0001-04) | Atraso no pagamento das verbas salariais | Advertência (Lei 8.666/1993, art. 87, I, e Contrato, Cláusula Doze) | |
| 13248-21 | 2019 | WZ UNIÃO MONTAGEM E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. – EP (08.772.301/0001-45) | Atraso na entrega dos itens da OF 122/2016 e 198/2016 | Multa (Lei 8.666/1993, art. 86, e edital, 14.2) | 319,60 |
| Total - R\$ | | | | | 154.010,61 |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890182).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

A Ouvidoria, por seu turno, apresenta os encaminhamentos abaixo descritos:

| Destino | Tipo de Processo | Assunto |
|--------------|------------------|---|
| Corregedoria | Reclamação | Prestação Jurisdicional de Juiz Eleitoral |
| Corregedoria | Denúncia | Servidor do TRE-PI |
| Presidência | Denúncia | Servidor do TRE-PI |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890340).

Na Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, em desfavor de Magistrados de 1º Grau, conforme art. 20, I do Regimento Interno do TRE-PI, registramos as **Representações instauradas no sistema PJe**, a seguir relacionadas:

| Número Processo (PJe) | Data Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|------------------------------|------------------|------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------|---------------------|--|
| 0600423-37. 2019. 6.18.0000 | 2/7/2019 | Representação por excesso de prazo | Descumprimento de prazos e morosidade | Instauração: 2/7/2019 | Concluso ao Relator | - |
| 0600377-48. 2019. 6. 18.0000 | 7/6/2019 | Representação por excesso de prazo | Morosidade no julgamento de processo | 7/6/2019 a 22/11/2019 | Arquivado | Improcedente, por ausência de indícios da prática de infração disciplinar. |
| 0600273-56.2019 .6.18.0000 | 23/4/2019 | Representação por excesso de prazo | Morosidade no julgamento de processo | 23/4/2019 a 24/5/2019 | Arquivado | Extinto sem resolução do mérito por irregularidade processual |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0893907).

Ainda no âmbito da Corregedoria Regional Eleitoral, em 2019, conforme art. 20, III do Regimento Interno do TRE-PI, registramos as **Representações e procedimentos de averiguação preliminar instaurados contra servidores de Cartórios Eleitorais**, conforme abaixo descritos:

| Número Processo | Data Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|---------------------------------|------------------|------------------------|--|-----------------------|---------------------|--|
| SADP 2639/2018 (Prot. 341/2018) | 18/1/2018 | Representação | Irregularidade em conduta funcional | 18/1/2018 a 22/2/2019 | Arquivado | Improcedente |
| SADP 2643/2018 (Prot.4030/2018) | 6/4/2018 | Representação | Irregularidades em tramitação processual | 6/4/2018 a 16/12/2019 | Arquivado | Improcedente |
| SEI 0002356-87. 2018. 6.18.8000 | 15/5/2018 | Notícia/ Denúncia | Irregularidades em sistema de frequência | 15/5/2018 a 7/5/2019 | Arquivado | Procedente: instaurar procedimento de averiguação |
| SEI 0007690-68. 2019.6.18.8000 | 15/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 15/5/2019 a 13/9/2019 | Tramitando na CPPAD | Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão |
| SEI 0007691-53 .2019.6.18.8000 | 15/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 15/5/2019 a 6/8/2019 | Arquivado | Improcedente |
| SEI 0007692-38. 2019.6.18.8000 | 15/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 15/5/2019 a 6/8/2019 | Arquivado | Averiguação Procedente. Instaurar PAD. |
| SEI 0007693-23. 2019.6.18.8000 | 14/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 14/5/2019 a 16/7/2019 | Arquivado | Improcedente |
| SEI 0007694-08. 2019.6.18.8000 | 14/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 14/5/2019 a 29/7/2019 | Arquivado | Improcedente |
| SEI 0007695-90. 2019.6.18.8000 | 14/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 14/5/2019 a 29/7/2019 | Arquivado | Improcedente |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| Número Processo | Data Instauração | Tipo | Assunto | Período | Situação Atual | Resultado do Julgamento |
|-----------------------------------|------------------|------------------------|--------------------|----------------------|---------------------|--|
| SEI 0007696-75. 2019.6.18.8000 | 14/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 14/5/2019 a 5/9/2019 | Tramitando na CPPAD | Averiguação Procedente. Instaurar PAD. Aguarda relatório da Comissão |
| 0007697-60. 2019.6.18.8000 | 14/5/2019 | Averiguação Preliminar | Infração funcional | 14/5/2019 a 2/8/2019 | Arquivado | Improcedente |

Fonte: SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0893907).

Para o registro e tramitação dos feitos de natureza administrativa e judicial da competência do Corregedor Regional Eleitoral, esclarece-se que são utilizados, atualmente, 03 sistemas diversos, coexistindo simultaneamente: a) sistema SEI para os processos/procedimentos de natureza administrativa, disciplinar e correicional e b) sistemas SADP e PJe para os processos de natureza judicial e algumas classes de processos de natureza administrativa.

Quanto à atividade de autuação de processos na Corregedoria, segundo disposição regimental, somente a SEPAC – CRE-PI autua processos judiciais e administrativos no sistema PJe, e todas as unidades da Corregedoria autuam processos/procedimentos no sistema SEI.

Apresentamos abaixo, dados estatísticos da tramitação processual no âmbito da Corregedoria, detalhados por sistema operacional, considerando-se a tramitação no período de 01/01/2019 a 28/11/2019.

Quadro I

Processos de natureza: ADMINISTRATIVA – Autuados no Sistema SEI – nas unidades: CRE – COCRE – ASSCRE – SEPAC – SEOZIC – SEACE e NAAPGCRE - no período: 01/01/2019 a 28/11/2019.

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|---|-----|-------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| Administração geral - Certificados Digitais | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Administração geral - Convênios | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Administração geral – Eventos e Solenidades | 27 | - | - | - | - | - | - | 27 |
| Administração geral – Gestão das unidades | - | 2 | - | - | - | - | - | 2 |
| Administração geral – Planejamento e Av. das Atividades | 1 | 1 | - | - | 3 | - | - | 5 |
| Administração geral – Políticas e Normas | - | 4 | 1 | - | - | - | - | 5 |
| Corregedoria Eleitoral – Composição de Mesa Receptora | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--|-----|-------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| Corregedoria Eleitoral – Correção em Primeiro Grau | 1 | - | - | - | 4 | - | - | 5 |
| Corregedoria Eleitoral – Direitos Políticos (DP) | 420 | - | - | - | - | 6 | - | 426 |
| Corregedoria Eleitoral – Duplicidade/Pluralidade de inscrições | - | - | - | - | - | 15 | - | 15 |
| Corregedoria Eleitoral – Filiação Partidária | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Corregedoria Eleitoral - Gestão Processual | - | - | - | 7 | 2 | - | 1 | 10 |
| Corregedoria Eleitoral - Inspeção | - | - | - | 1 | 31 | - | - | 32 |
| Corregedoria Eleitoral – Pedido de Providência (PP) | 6 | - | - | - | - | 14 | - | 20 |
| Corregedoria Eleitoral - Políticas e normas | 80 | - | 2 | 19 | 1 | 15 | - | 117 |
| Corregedoria Eleitoral – Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Corregedoria Eleitoral – Regulariz. de Situação do Eleitor | 5 | - | - | - | - | - | - | 5 |
| Corregedoria Eleitoral – Representação | - | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| Corregedoria Eleitoral - Sindicância | - | - | - | 10 | - | - | - | 10 |
| Corregedoria Eleitoral – Solicitação de Inform. Cadastrais | - | 1 | - | - | - | 1 | - | 2 |
| Eleições – Cadastro Eleitoral | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Gestão da Informação – Controle da tramitação de Documentos | - | - | - | - | - | - | 6 | 6 |
| Material e Patrimônio – Administração de Material | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| Material e Patrimônio – Administração de Patrimônio | - | 1 | - | - | 1 | - | - | 2 |
| Orçamento e Finanças – Suprimento de Fundos | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|--------------|------------|
| Pessoal – Assentamento Funcional | 1 | 1 | 9 | 13 | 2 | - | 1 | 27 |
| Pessoal – Assist. Médica e Social | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Pessoal – Benefícios | - | - | 1 | | - | - | - | 1 |
| Pessoal – Desenvolvimento na Carreira | - | - | 2 | 1 | - | - | - | 3 |
| Pessoal – Diárias e Passagens | 3 | | - | 1 | 11 | - | - | 15 |
| Pessoal - Frequência | 9 | 12 | 8 | 36 | 16 | 26 | 18 | 125 |
| Pessoal – Férias | 6 | 3 | 7 | - | 3 | 4 | 1 | 24 |
| Pessoal – Labor Além Jornada | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Pessoal – Magistrados | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Pessoal – Pagamento de Pessoal | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| Pessoal – Pedido de Informações | - | - | - | - | - | 3 | - | 3 |
| Pessoal – Políticas e Normas | 1 | | 1 | - | - | 2 | - | 4 |
| Pessoal – Treinamento de Capacitação e Desenvolvimento | - | 2 | - | - | 2 | 1 | - | 5 |
| Solicitações Diversas | 1 | | - | - | - | - | - | 1 |
| Tecnologia da Informação – Infraestrutura | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Tecnologia da Informação – Sistemas Corporativos | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Zona Eleitoral – Regulariz. De Situação do Eleitor | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| TOTAL DE PROCESSOS | 564 | 30 | 31 | 90 | 87 | 87 | 27 | 916 |

Quadro II

Processos de natureza: ADMINISTRATIVA – Sistema SEI – Quantitativo de processos tramitados nas unidades: CRE – COCRE – ASSCRE – SEPAC – SEOZIC – SEACE e NAAPGCRE - no período: 01/01/2019 a 28/11/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--|------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------------|--------------|
| Administração geral - Apuração de responsabilidades | 3 | - | - | 1 | - | 2 | - | 6 |
| Administração geral – auditoria e Sindicância | 1 | 3 | 1 | - | - | - | - | 5 |
| Administração geral – Certificados Digitais | - | 2 | - | 3 | - | 1 | - | 6 |
| Administração geral – Convênio | 2 | 1 | - | - | 3 | - | - | 6 |
| Administração geral - Estudos, levantamentos e Pesquisas | 7 | 10 | 2 | 4 | 3 | 5 | 3 | 34 |
| Administração geral – Eventos e solenidades | 37 | 21 | 8 | 4 | 3 | 2 | 3 | 78 |
| Administração geral – Gestão de Contratos | 1 | 3 | - | - | - | 1 | - | 5 |
| Administração geral – Gestão das unidades | 67 | 32 | 16 | 16 | 15 | 35 | 8 | 189 |
| Administração geral – Planejamento e avaliação das atividades | 21 | 30 | 7 | 9 | 9 | 6 | 10 | 92 |
| Administração geral – Políticas e normas | 31 | 25 | 8 | 7 | 10 | 11 | 3 | 95 |
| Corregedoria Eleitoral – Cancelamento de Inscrição (CIE) | 2 | - | 1 | 3 | 1 | 1 | - | 8 |
| Corregedoria Eleitoral – Composição de Mesa Receptora | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Corregedoria Eleitoral – Correição Extraordinária | 1 | 1 | 1 | - | - | - | - | 3 |
| Corregedoria Eleitoral – Correição em Primeiro grau | 4 | 1 | 6 | 3 | 8 | 1 | 1 | 24 |
| Corregedoria Eleitoral – Descarte de Material | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Corregedoria Eleitoral – Direitos Políticos (DP) | 878 | 1 | 5 | 230 | - | 992 | - | 2.106 |
| Corregedoria Eleitoral – Duplicidade/Pluralidade de inscrições (DPI) | - | - | - | 14 | - | 15 | - | 29 |
| Corregedoria Eleitoral – Filiação Partidária | 7 | - | - | - | 3 | - | - | 10 |
| Corregedoria Eleitoral – | 2 | 3 | 1 | 7 | 2 | 1 | 2 | 18 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--|-----|-------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| Gestão processual | | | | | | | | |
| Corregedoria Eleitoral – Inspeção | 12 | 11 | 66 | 48 | 63 | 1 | 1 | 202 |
| Corregedoria Eleitoral – Pedido de Providência (PP) | 21 | 7 | 9 | 20 | 1 | 26 | - | 84 |
| Corregedoria Eleitoral – Políticas e normas | 106 | 42 | 26 | 59 | 13 | 42 | 8 | 296 |
| Corregedoria Eleitoral – Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral | 1 | - | - | 1 | - | 1 | - | 3 |
| Corregedoria Eleitoral – Registro de Debate | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Corregedoria Eleitoral – Regulariz. de Situação do Eleitor | 11 | 1 | 2 | 8 | 1 | 12 | - | 35 |
| Corregedoria Eleitoral – Representação | - | - | 1 | 2 | - | - | - | 3 |
| Corregedoria Eleitoral - Sindicância | - | - | 10 | 10 | - | - | - | 20 |
| Corregedoria Eleitoral – Solic. de Informações Cadastrais | 34 | 3 | 21 | 6 | 2 | 42 | - | 108 |
| Eleições – Cadastro Eleitoral | 6 | 3 | 2 | 2 | 4 | 12 | 1 | 30 |
| Eleições – Campanha Institucional | 1 | 1 | - | - | 1 | - | - | 3 |
| Eleições – Logística | 4 | 4 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 18 |
| Eleições – Mesários | - | - | 1 | 2 | 2 | 1 | - | 6 |
| Eleições – Partido Político | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | 12 |
| Eleições – Políticas e normas | 10 | 7 | 1 | 2 | 8 | 1 | - | 29 |
| Eleições – Processamento das Eleições | 2 | - | 2 | - | - | - | - | 4 |
| Gestão da informação – Controle da tramitação de documentos | 5 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 6 | 19 |
| Gestão da informação – Políticas e normas | 26 | 7 | 11 | 7 | 3 | 21 | 2 | 77 |
| Material – Administração de Material | - | 1 | - | - | 1 | - | - | 2 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|---|------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------------|--------------|
| Material – Administração de Patrimônio | 2 | 2 | - | - | 2 | - | - | 6 |
| Orçamento e Finanças – Liquidação de despesas e autorização de pagamentos | - | - | - | 2 | - | - | - | 2 |
| Orçamento e Finanças – Políticas e normas | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| Orçamento e Finanças – Prestação de Contas | - | - | - | 1 | - | 1 | - | 2 |
| Orçamento e Finanças – Reembolso de Despesas | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Orçamento e Finanças – Suprimento de Fundos | 1 | 1 | - | - | - | - | - | 2 |
| Ouvidoria – Acesso à informação | 1 | 2 | 1 | 2 | 1 | - | - | 7 |
| Ouvidoria – Reclamação | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 |
| Pessoal – Assentamento Funcional | 15 | 8 | 10 | 23 | 4 | 3 | 1 | 64 |
| Pessoal – Assistência Médica e Social | 2 | 1 | - | - | 2 | - | - | 5 |
| Pessoal – Benefícios | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Pessoal – Desenvolvimento na Carreira | - | - | 2 | 1 | - | - | - | 1 |
| Pessoal – Dimensionamento da Força de Trabalho | 1 | 1 | - | - | 1 | 1 | 1 | 5 |
| Pessoal – Diárias e Passagens | 15 | 4 | 1 | 1 | 13 | - | - | 34 |
| Pessoal – Frequência | 16 | 39 | 12 | 54 | 25 | 28 | 18 | 192 |
| Pessoal - Férias | 8 | 9 | 8 | - | 3 | 4 | 2 | 34 |
| Pessoal – Labor Além jornada | 5 | 2 | - | - | 3 | - | 1 | 11 |
| Pessoal – Magistrados | 15 | 2 | 1 | 33 | 1 | 2 | - | 54 |
| Pessoal – Pagamento de Pessoal | - | 1 | - | 1 | - | - | - | 2 |
| Pessoal – Pedido de Informações | - | - | - | 4 | - | 3 | - | 7 |
| Pessoal – Políticas e normas | 10 | 9 | 6 | 5 | 2 | 7 | 2 | 41 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--|------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|----------------------|--------------|
| Pessoal – Requisição e cessão de servidor | 2 | 1 | 2 | 1 | - | - | - | 6 |
| Pessoal – Suporte | - | 1 | - | - | 1 | - | - | 2 |
| Pessoal – Treinamento de Capacitação e desenvolvimento | 5 | 8 | 1 | 2 | 4 | 4 | 1 | 25 |
| Serviços – Solicitação de serviço | - | - | - | - | - | 8 | - | 8 |
| Solicitações Diversas | 5 | 2 | 5 | 4 | - | - | - | 16 |
| Serviços – Políticas e normas | 1 | 1 | - | - | - | - | - | 4 |
| Serviços – Prestador de serviço | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Serviços – Solicitação de serviço | 11 | 4 | 2 | - | - | - | - | 17 |
| Tecnologia da Informação – Infraestrutura | 2 | 3 | 2 | 1 | 2 | 1 | - | 11 |
| Tecnologia da Informação – Políticas e normas | 6 | 5 | 1 | - | 1 | 1 | - | 14 |
| Tecnologia da Informação – Sistemas corporativos | 4 | 4 | 3 | 4 | 5 | 3 | 2 | 25 |
| Zona eleitoral – Cancelamento de Inscrição Eleitoral | 2 | - | - | - | - | 2 | - | 4 |
| Zona Eleitoral – Correição em Primeiro Grau | 1 | - | - | - | 1 | - | - | 2 |
| Zona Eleitoral – Descarte de Material (DM) | 3 | - | 3 | 1 | - | - | - | 7 |
| Zona Eleitoral – Direitos Políticos (DP) | 15 | - | - | 13 | - | 21 | - | 49 |
| Zona Eleitoral – Pedido de Providência (PP) | 10 | 3 | 3 | 4 | - | 4 | 1 | 25 |
| Zona Eleitoral – Políticas e normas | 10 | 9 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 25 |
| Zona Eleitoral – Regularização de Situação do Eleitor | 2 | - | - | 1 | - | 2 | - | 5 |
| Zona Eleitoral – Solicitação de informações cadastrais | - | - | - | 2 | - | 1 | - | 3 |
| Zona Eleitoral – Solicitação de serviços | 6 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | - | 15 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

| TIPO | CRE | COCRE | ASSCRE | SEPAC | SEOZIC | SEACE | NAAPG CRE | TOTAL |
|--------|-------|-------|--------|-------|--------|-------|--------------|-------|
| TOTAIS | 1.488 | 352 | 279 | 636 | 237 | 1.334 | 79 | 4.405 |

Quadro III – Processos JUDICIAIS autuados no sistema PJe*:

| PROCESSOS POR CLASSE | |
|--------------------------------------|-----|
| Tipo: ADMINISTRATIVOS e JUDICIAIS* | |
| Regularização de Situação de Eleitor | 44 |
| Coincidência | 13 |
| Direitos Políticos | 246 |
| Representação por excesso de prazo | 03 |
| Representação | 01 |
| AIJE | 01 |
| Correição | 01 |
| TOTAL | 309 |

* Fonte: Sistema PJe referente ao período de 01/01/2019 a 28/11/2019

NORMAS EDITADAS DE 2018 a 2020

2018

- **Provimento nº 03** - Dispõe sobre o sistema JUSTIFICA.
- **Provimento nº 02** - Autoriza instalação CAE nas comarcas com mais de uma ZE.
- **Provimento nº 01** - Dispõe sobre calendário de inspeções.

2019

- **Provimento nº 10** - Aprova o Calendário das Inspeções para o ano de 2020.
- **Provimento nº 08** - Aprova o novo Manual de Procedimentos Cartorários desta circunscrição e estabelece regras para sua alteração.
- **Provimento nº 06** - Estabelece as normas e instruções complementares para a realização de correições e inspeções nas zonas eleitorais do Estado do Piauí.
- **Provimento nº 05** - Dispõe sobre questões específicas de tratamento de comunicações no INFODIP.
- **Provimento nº 03** - Altera o disposto no parágrafo único do art. 2º do Provimento nº 02/2014 - CRE –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

PI.

- **Provimento nº 02** - Dispõe sobre Sistema de Informações de Direitos Políticos e Óbitos – **INFODIP**.
- **Provimento nº 01** - Dispõe sobre calendário de inspeções.

2020

- **Provimento nº 04** - Aprova roteiro do SICEL para as **Correções de Posse** das Zonas Eleitorais.
- **Provimento nº 03** - Aprova roteiro complementar do SICEL para as **Correções Ordinárias** das Zonas Eleitorais.

AÇÕES E PROJETOS DE MAIOR DESTAQUE DE 2018 a 2019

1. Cadastro dos juízes eleitorais e chefes de cartório no sistema de acesso ao **Banco Nacional de Mandados de Prisões - BNMP 2.0**, do CNJ;
2. **Desenvolvimento do plano de ação “Organização do Atendimento no Fechamento do Cadastro Eleitoral”**: Planejamento de iniciativas para evitar congestionamento dos cartórios na etapa final do prazo de alistamento eleitoral - fechamento do cadastro;
3. **Renovação dos termos de convênio com o TJ-PI e o MP-PI para utilização do SIEL – Sistema de Informações Eleitorais**: Garantia da continuidade de acesso direto de juízes e promotores eleitorais aos dados do Cadastro Nacional de Eleitores – Sistema ELO;
4. **IV Etapa do Redzoneamento Eleitoral de Municípios do Piauí**:
 - 4.1 Remanejamento da 85ª Zona Eleitoral (Joaquim Pires e Murici dos Portelas) para Esperantina, que passou a contar com duas zonas (41ª e 85ª);
 - 4.2 Remanejamento da 77ª Zona Eleitoral (Arraial e Francisco Aires) para Floriano, que passou a contar com três zonas (9ª, 61ª e 77ª);
 - 4.3 Redistribuição de parte do eleitorado da 9ª Zona Eleitoral (Floriano) para a 61ª Zona Eleitoral, também sediada em Floriano.
5. **Revisão do Manual de Procedimentos Cartorários**: Atualização normativa e procedimental do manual que norteia o funcionamento dos cartórios eleitorais, fruto de 9 (nove) meses de árduo trabalho de uma competente equipe de servidores de cartórios eleitorais e da sede;
6. **Desenvolvimento de aplicativo “Sophos”**: Ferramenta para acesso ao Manual de Procedimentos Cartorários em dispositivos móveis, desenvolvido em parceria com a STI, que permite consulta, atualização contínua e interação com usuários;
7. **Evento de capacitação de chefes de cartório**: Curso de atualização sobre as inovações do novo Manual de Procedimentos Cartorários e de apresentação do aplicativo *Sophos* com uma média de 100 participantes;
8. **Implantação do Sistema de Informação de Óbitos e Suspensão de Direitos Políticos INFODIP**: Automatização das ações de registro de informações no Cadastro Geral de Eleitores diretamente pelos órgãos da Justiça Comum, dispensando a tramitação de documentos físicos sobre óbitos, condenações criminais e extinção de punibilidade, entre outros;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

9. **Instalação e efetivo funcionamento do Núcleo de Assistência Administrativa ao Primeiro Grau na Corregedoria – NAAPGCRE.**
10. **Implantação do PJe - Processo Judicial Eletrônico:** Todas as zonas eleitorais da circunscrição do TRE-PI integrados ao PJe até dezembro/2019;
11. **Atividades correcionais:**
 - 11.1 42 inspeções “*in loco*” em 2018;
 - 11.2 81 correições ordinárias em 2018;
 - 11.3 82 correições ordinárias e 1 extraordinária em 2019.
12. **Novo provimento regulamentando inspeções e correições eleitorais no Piauí:** Atualização normativa e adequação de procedimentos, com destaque para:
 - 12.1 **Novo período de realização das correições ordinárias** (fevereiro e março), reduzindo a sobrecarga no final dos anos eleitorais;
 - 12.2 **Instituição da “correição de posse”** por Juízes ao assumirem titularidade de zonas eleitorais para levantamento de acervo processual e patrimonial do cartório;
 - 12.3 **Instituição da “inspeção virtual”** por videoconferência entre as equipes da Corregedoria e das zonas eleitorais; e
 - 12.4 **Autuação e tramitação das correições e inspeções em meio eletrônico**, pelo sistema PJe, que absorverá a maioria dos procedimentos de correição e inspeção

PRINCIPAIS PROJETOS PROGRAMADOS PARA 2020

PROJETO MESÁRIOS – ELEIÇÕES 2020

1. Capacitação especial de mesários para auxiliar eleitores com deficiência (PcD);
2. Adesão do TRE-PI ao Canal do Mesário, que disponibiliza aplicativo para *smartfone*;
3. Realização de treinamento de mesários por EaD e Internet;
4. Fomento à realização de parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas para incentivar a participação de mesários voluntários;
5. Realização de ações perante as Câmaras Municipais objetivando a aprovação de leis municipais de incentivo ao “Mesário Voluntário”;
6. Viabilização da participação de servidores de cartórios eleitorais e dos integrantes do Grupo de Trabalho “Mesários” do TRE-PI no 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório – FNCC, com foco nas boas práticas cartorárias, envolvendo a temática *mesários*.

PROJETO FECHAMENTO DO CADASTRO – ELEIÇÕES 2020 (SEI nº 0001188-79.2020.6.18.8000)

1. Iniciativas para minimizar a concentração de eleitores na semana final do prazo de alistamento (fechamento do cadastro eleitoral);
2. Normatização do horário do funcionamento dos Cartórios Eleitorais do Estado, por meio de edição de uma Portaria Conjunta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

3. Acompanhamento *in loco* das atividades referente ao fechamento do cadastro.

PROJETO AMPLIAÇÃO DO INFODIP

1. Celebração de Termo de Convênio com a Justiça Federal do Piauí e organizações militares do Estado, para utilização do **Sistema INFODIPWeb** quando do envio das comunicações referentes à conscrição, condenação criminal/improbidade administrativa e extinção de pena.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

Dificuldades verificadas quanto à atividade disciplinar:

A apuração de denúncias apresentadas contra os Juízes Eleitorais de 1º grau está sob A responsabilidade do Corregedor Regional Eleitoral, nos termos do art. 20, I, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005. De igual modo, o processamento de reclamações e representações contra os servidores dos Cartórios Eleitorais também constitui atividade designada, regimentalmente, ao Corregedor Regional Eleitoral, como previsto no art. 20, III, do Regimento Interno do TRE/PI - Resolução TRE/PI nº 107/2005.

No desempenho desse mister, as notícias/denúncias que chegam à Corregedoria são autuadas como procedimento de averiguação preliminar, submetidos a uma análise simplificada, da qual pode resultar: arquivamento, ou determinação de abertura de processo para apuração, que seja sindicância ou PAD.

Quando a conclusão é pela abertura de processo disciplinar em face de servidor de Cartório Eleitoral ou de Magistrado de 1º grau, o Corregedor determina a apuração perante a Comissão respectiva em atuação neste Tribunal, todas constituídas por determinação do Presidente do órgão, às quais o Corregedor delega a competência para apuração e de quem recebe o relatório.

De modo sucinto, listamos algumas dificuldades já verificadas no cumprimento desta tarefa:

1. Aparente omissão no Regimento do TRE/PI, no que pertine à competência para apurar denúncias em face de servidores da Sede, uma vez que o art. 20, III, refere-se a servidores de Cartórios Eleitorais, e, s.m.j., não encontramos na resolução do Regimento Interno disposição similar, prevendo a mesma competência em relação aos servidores da sede do Tribunal;
2. Aparente conflito normativo entre o regimento do art. 20, III, do Regimento Interno do TRE/PI (que se refere aos servidores dos Cartórios Eleitorais) e as disposições contidas no Código de Ética – Resolução TRE/PI nº 258/2013, que se refere a todos os servidores do Tribunal, de modo amplo, incluindo requisitados e até estagiários;
3. Falta de harmonização na aplicação das normas da Lei nº 8.112/90, do RITRE/PI e do Código de Ética, no que pertine ao procedimental dos processos disciplinares.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

Assim, sugerimos a criação de um grupo de trabalho multissetorial com o objetivo de discutir amplamente todos os aspectos que envolvem apuração de ilícitos no âmbito deste Regional, para, ao final, apresentar soluções quanto ao regramento e estruturação dessa atividade no organograma desta Justiça Especializada.

Registramos, por fim, que a Assessoria da Presidência desta Casa, em manifestação do processo SEI nº 0001258-96.2020.6.18.8000 (doc. 0890340), informa que não houve apuração de denúncias apresentadas e nem proposta a instauração de processo administrativo disciplinar em face dos Membros deste Tribunal.

Anexamos ao presente relatório a planilha com a estatística processual no âmbito do primeiro grau, conforme previsão no art. 3º, XI da Resolução TRE-PI nº 268/2013.

Atenciosamente,

Marconio Galvão Lopes